

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município da Batalha, nos termos do ponto 2.4. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação e das resoluções do tribunal de Contas n.º 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução n.º 26/2013, n.º 4/2014 e n.º 3/2016.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem três partes distintas:

- 8.1 – *Caracterização da Entidade;*
- 8.2 – *Notas ao balanço e à demonstração de resultados;*
- 8.3 – *Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.*

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de contabilidade das Autarquias locais (POCAL).

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

8.1 – Caracterização da entidade

A informação relativa à identificação e caracterização do Município da Batalha consta dos documentos de prestação de contas.

8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 – Disposições do POCAL derogadas:

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade pública que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustada ao carácter específico da sua atividade.

No exercício económico em análise, não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da autarquia.

8.2.2 – Contas do Balanço e da Demonstração de Resultados não comparáveis com os exercícios anteriores:

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, não se verificando alterações nas políticas utilizadas em exercícios anteriores.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos utilizados nas várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados e respetivos fundamentos:

Os critérios de valorimetria utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, obedecem ao estabelecido nesta matéria no POCAL, resumindo-se por grandes classes:

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:

As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição.

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:

As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição. No entanto, no decurso da fase de implementação do POCAL, a Autarquia, estabeleceu como referencia o ano 1995 para a valorização dos bens móveis ao custo de aquisição. Antes de 1995, os bens foram arrolados com o valor zero, até serem objeto de uma grande reparação assumindo então o valor desta. Esta política de valorimetria justificou-se pela impossibilidade de obter a informação necessária para determinar o custo de aquisição / produção.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os Investimentos Financeiros estão valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procede-se aos respetivos ajustamentos, através da constituição de uma provisão pelo montante da diferença entre o custo de aquisição e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior ao custo.

AMORTIZAÇÕES:

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria nº

671/2000, de 17 de abril (IIª Série). De conformidade com o artº.34º da citada portaria, os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da função pública, foram totalmente amortizados no ano económico corrente.

EXISTÊNCIAS:

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, sendo adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado.

DÍVIDAS DE E A TERCEIROS:

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida é transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

DISPONIBILIDADES:

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respetivamente.

PROVISÕES:

As principais situações que podem gerar a necessidade de registo de provisões são aquelas que se relacionam com: aplicações de tesouraria, cobrança duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1. As provisões para cobranças duvidosa são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado. Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões foram calculadas de acordo com as seguintes percentagens: 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses e 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.
2. As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a

autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos tribunais não tenha ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo Município.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:

Autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pela qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimos de proveitos são registados os montantes de impostos diretos relativos ao exercício em relato, cujo seu recebimento apenas ocorrerá no exercício seguinte e outros proveitos que à data do balanço tenham igualmente sido já obtidos, mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se no exercício posterior.

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios futuros. Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar, que compreende a estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores relativos à remuneração das férias e subsídios de férias.

Na rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento a que o Município da Batalha recebeu, no âmbito dos apoios comunitários (QREN), os quais, estando associados aos ativos tangíveis, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que dizem respeito.

Na rubrica de custos diferidos são registados os custos a reconhecer nos exercícios seguintes, cuja despesa tenha ocorrido no presente exercício. Salientam-se neste âmbito os custos relativos a seguros e contratos de manutenção de software informático.

8.2.4 – Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira:

Não aplicável

8.2.5 – Situações especiais que afetam o resultado do exercício:

No exercício económico em análise não se verificam situações especiais que afetam o resultado do exercício.

f

8.2.6 – Explicação das Despesas de Instalação, Investigação e de desenvolvimento

Como é de verificar nas Demonstrações Financeiras, a Autarquia não efetuou registos nas Contas 431 – Despesas de Instalação e na conta 432 – Despesas de investigação e de desenvolvimento.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado:

Os movimentos ocorridos durante o exercício nas rubricas do ativo imobilizado constantes no balanço, podem ser resumidos no mapa seguinte mapa:

Q.1. Ativo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferên- cias	Saldo Final
De Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	3.750,96							3.750,96
Edifícios							1923.210,95	83.100.556,00
Outras construções e infraestruturas	81.177.345,05							50.000,00
Bens do Património histórico, artístico e cultural	50.000,00							50.000,00
Outros bens de domínio público								
Imobilizações em curso	1723.063,52		627.921,72				-1923.210,95	427.774,29
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								
Sub-Total	82.954.59,53		627.921,72				0,00	83.582.518,125
De Imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação								
Despesas de investigação e desenvolvimento								
Propriedade industrial e outros direitos								
Imobilizações em curso	291.990,35		6.838,80					298.829,15
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								
Sub-Total	291.990,35		6.838,80					298.829,15
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	879.317,71		1064,22					880.381,93
Edifícios e outras construções	17.357.303,72		5.160.840,00				223.052,87	22.741.196,59
Equipamento básico	15.0304,14		6.297,54			8.904,42		15.069,26
Equipamento de transporte	115.268,43			57.804,39		0,00		1057.464,04
Ferramentas e utensílios	452.992,96		51229,18	2.888,79		373,53		500.959,82
Equipamento administrativo	1408.179,90		29.168,73			22.072,01	3.670,32	1418.946,94
Taras e vasilhame								
Outras imobilizações corpóreas	361.120,85							361.120,85
Imobilizações em curso	240.716,49		728.294,47				-226.723,18	742.287,77
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								0,00
Sub-Total	23.328.204,20		5.976.894,14			31.349,96	0,00	29.213.055,20
De Investimentos Financeiros								
Partes de capital	166.789,08							166.789,08
Obrigações e títulos de participação	550.468,63							550.468,63
Investimentos em imóveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Outras aplicações de tesouraria								
Depósitos em instituições financeiras								
Títulos de dívida pública								
Outros títulos								
Imobilizações em curso								
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								
Sub-Total	717.257,71		0,00					717.257,71
TOTAL	107.291.611,79		6.611.654,66			31.349,96	0,00	107.291.611,79



8.2.8 – Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respectivas amortizações

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas das amortizações do ativo imobilizado constante no balanço estão desagregadas da seguinte forma:

Q.2. Amortizações e provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	,00	,00	,00
Edifícios	4852	,00	,00	,00
Outras construções e infra-estruturas	4853	37.424.002,40	2.635.841,22	,00
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	,00	,00	,00
Outros bens de domínio público	4859	,00	,00	,00
Sub-Total		37.424.002,40	2.635.841,22	,00
De Imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	,00	,00	,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	,00	,00	,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	,00	,00	,00
Sub-Total		,00	,00	,00
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	,00	,00	,00
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	1.245.254,86	192.462,23	,00
Outras construções	48222	1.291.395,79	125.406,83	,00
Equipamento básico	4823	1.223.567,37	32.301,96	8.904,42
Equipamento de transporte	4824	811.281,54	47.203,11	57.804,39
Ferramentas e utensílios	4825	392.554,00	37.638,37	3.262,32
Equipamento administrativo	4826	1.300.673,56	59.639,22	22.072,01
Taras e vasilhame	4827	,00	,00	,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	257.256,08	23.209,24	,00
Sub-Total		6.521.983,20	517.860,96	,00
De Investimentos em imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	,00	,00	,00
Edifícios e outras construções:	4812			
Edifícios	48121	,00	,00	,00
Outras construções	48122	,00	,00	,00
Sub-Total		,00	,00	,00
De Investimentos Financeiros	49			
Partes de capital	491	,00	,00	,00
Obrigações e títulos de participação	492	,00	,00	,00
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	,00	,00	,00
Títulos de dívida pública	4952	,00	,00	,00
Outros títulos	4953	,00	,00	,00
Sub-Total		,00	,00	,00
Total		43.945.985,60	3.153.702,18	0,00

8.2.9 – Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção:

Não aplicável

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais adotados na reavaliação dos bens do imobilizado:

Não aplicável.

8.2.11 - Mapa discriminativo das reavaliações:

No exercício em análise não existem bens reavaliados.

8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício:

No exercício em análise não existe registo de imobilizações reversíveis.

8.2.13 – Bens utilizados em regime de locação financeira:

No exercício em análise não existem contratos de locação financeira.

8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar:

Foram incorporados no inventário municipal, diversos bens do imobilizado para os quais não foi possível proceder à sua valorização patrimonial e cuja listagem faz parte dos documentos de prestação de contas.

8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização:

A não amortização de bens de domínio público decorre da própria Lei (CIBE – Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado grupo homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio público não sofrem qualquer amortização. No que respeita à rubrica de outras infraestruturas, o seu registo resulta, na sua maioria, de arranjos urbanísticos e ajardinamentos diversos.

A relação dos bens de domínio público não amortizáveis, consta nos documentos da prestação de contas.

8.2.16 – Entidades Participadas

O mapa seguinte expressa as participações do Município em entidades societárias e não societárias.

(Euros)						
Designação	Sede	Número Contribuinte	Contribuição Participação	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
					2016	2015
Participações em Entidades Não Societárias						
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Lisboa	513319182	499 588,84	650.000.000	-	-
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	Coimbra	501627413	4 781	2 004 165	39 021	111 659
CESAB - Centro Serviços do Ambiente	Mealhada	502883308	22 500	971 770	23 828	-37 634
CEPAE - Centro Património da Estremadura	Batalha	503874825	300	32 309	-1 481	348
ADAE - Associação Desenvolvimento Alta Estremadura [a)]	Leiria	503725099	3 000			-9 908
CIMPL - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral [a)]	Leiria	508035546	10 000			-14 490
MPH – Mosteiros de Portugal [a)]	Tomar	509481612	-			
AIRC - Associação Informática da Região Centro	Coimbra	501378669	-	8 602 588	370 939	3 004 937
Enerdura - Agência Regional Energia da Alta Estremadura	Leiria	505074737	998	18 182	3 017	7 993
OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Merinha Grande	506125890	1 000	1 030 119	599	14 913
Participações em Entidades Societárias						
Lusitaniagás - Companhia Gás do Centro	Aveiro	502761024	2 640	62 501 975	5 084 622	7 120 555
MapiCentro - Soc. Abate Com. Transf. Carn. Subprodutos	Leiria	501638938	230	308 847	-291 513	-515 626
Águas do Centro Litoral S.A.	Leiria	504864688	77 775	90 753 761	3 970 212	3 813 845
Valoris - Valorização Trat. Resíduos Sólidos	Leiria	503811866	49 400	10 334 183	734 224	1 364 461
Iserbatalha, E.M.	Batalha	504825461	49 880	25 058	-58 784	11 244
Ambibatalha, S.A.	Abrantes	506867781	10 000	233 197	-729	-835

8.2.17 – Elementos incluídos nas contas “Títulos Negociáveis” e “Outras Aplicações de Tesouraria”

Títulos Negociáveis – O valor que consta nesta conta mais propriamente na conta (18 - Outras aplicações de tesouraria), referem-se aos títulos de Caixa GEST enunciados no mapa 8.3.5.2 – *Ativos de rendimento variável incluído no documento da Prestação de Contas*;

Outras aplicações financeiras - Não se efetuaram movimentos na conta em questão.

8.2.18 – Outras aplicações financeiras:

Não se efetuaram movimentos na conta de outras aplicações financeiras.

8.2.19 – Apuramento das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos dos elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios de valorimétricos adaptados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

No exercício em análise não se verificaram diferenças materialmente relevantes.



8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 – Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante.

Não aplicável.

8.2.22 – Dívidas de cobrança duvidosa

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluindo a que já foi transferida para execução fiscal.

Durante o exercício de 2016 foram considerados 3.487,27 euros de dívidas relativas aos anos anteriores, cuja cobrança se apresenta duvidosa, não obstante o seu envio para cobrança em sede de execução fiscal. Por outro lado, a Autarquia recuperou 420,49 euros de dívidas registada em cobrança duvidosa de exercícios anteriores.

Q.3. Clientes – Cobrança Duvidosa

Conta	Cliente Designação	Antig.Saldos		Provisões Exercício	S.I.	Provisões		Final
		> 6 m	> 12 m			Aumentos	Reduções	
218101	Clientes cobrança duvidosa (>6m)	x				0,00	0,00	0,00
218102	Clientes cobrança duvidosa (>12m)		x	3.487,27	87.619,92	3.487,27	420,49	90.686,70
TOTAL				3.487,27	87.619,92	3.487,27	420,49	90.686,70

8.2.23 – Valor das dívidas ativas e passivas relativas ao pessoal da Autarquia:

No exercício em análise não se verificaram dívidas ativas e passivas relativas ao pessoal.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela Autarquia.

Não aplicável.

8.2.25 – Dívidas ao Estado e outros entes públicos em situação de mora.

Não existem dívidas em mora ao estado e outros entes públicos.

**8.2.26 – Contas de Ordem****Q.4. Contas de Ordem**

Código e Designação das Contas		Saldo Gerência anterior		Movimento Anual		Saldo Gerência anterior	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
93	Garantias e Cauções de Terceiros						
932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas						
9321	Prestadas por Fornecedores de c/c	428.356,31		435.673,23		428.356,31	
9322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	1.883.716,29		1.097,64		2.319.389,52	
9323	Prestadas por Outros Credores	2.581.394,88				2.582.492,52	
	Sub total	4.893.467,48		436.770,87		5.330.238,35	
933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas						
9331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
9332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				73.191,62		115.970,16
9333	Devolvidas a Outros Credores				1.357,95		2.342,99
	Sub total				74.549,57		118.313,15
934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
9341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
9342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado				11.121,58		11.121,58
9343	Acionadas a Outros Credores						
	Sub total				11.121,58		11.121,58
	TOTAL	4.893.467,48		436.770,87	85.671,15	5.244.567,20	

8.2.27 – Desdobramento da Conta de Provisões Acumuladas**Q.5. Provisões Acumuladas**

Conta	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
291	Provisões para cobranças duvidosas	87.619,92	3.487,27	420,49	90.686,70
292	Provisões para riscos e encargos	246.160,14	0,00		246.160,14
	TOTAL	333.780,06	3.487,27	420,49	336.846,84

O valor registrado na rubrica provisões para cobranças duvidosas reporta-se a dívidas em mora de clientes de cobrança duvidosa de serviços prestados pela execução de ramais domiciliários de esgotos, cujos processos se encontram em execução fiscal.

O montante estimado de Provisões para Riscos e Encargos, resultou do relatório circunstanciado reportado pelo consultor jurídico, do qual se conclui pela incapacidade de determinar, para alguns processos, valores para constituição de provisões para riscos e encargos que venham a resultar do contingente em curso, nos tribunais. Todos os processos arrolados estão em julgamento nos tribunais a aguardar pronúncia de sentenças. O valor provisionado para riscos e encargos inclui também um valor relacionado com um diferendo sobre uma fatura (não reconhecida pelo município) da Simlis (atual ACL-Águas do Centro Litoral).


8.2.28 - Fundo Patrimonial:**Q.6. Fundo Patrimonial**

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 - Património	51.061.813,14	5.160.840,00		56.222.653,14
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas				
56 - Reservas de Reavaliação				
57 - Reservas				
571 - Reservas Legais				
572 - Reservas Estatutárias				
573 - Reservas Contratuais				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	115.000,00			115.000,00
577 - Reservas decorrentes de transferências de ativos				
59 - Resultados Transitados	-1.952.107,87		1.183.328,38	-3.135.436,25
88 - Resultado Líquido do Exercício	-1.183.328,38	619.076,02		-564.252,36
Total	48.041.376,89	5.779.916,02	1.183.328,38	52.637.964,53

Relativamente aos movimentos incorridos no exercício de 2016, em cada uma das contas da classe 5 verifica-se:

- A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas. No presente ano económico ocorreu um aumento global de 5.160.840,00€, resultado da integração dos seguintes prédios urbanos:
 - Escola Básica e Secundária da Batalha, ao abrigo do contrato interadministrativo de delegação de competências (Contrato de Educação e Formação Municipal), outorgado em 18/05/2015, entre o Ministério da Educação e Ciência (MEC), a Presidência do Conselho de Ministros e o Município da Batalha, no montante de 5.144.280,00€.
 - Prédios urbanos onde funcionaram as “Casas dos Portageiros” localizados na Ponte da Boutaca, no montante de 16.560,00€.
- A conta 576 – Doações, regista o valor das doações concedidas ao Município da Batalha – não tendo ocorrido qualquer movimento em 2016.
- A conta 59 – Resultados Transitados, teve os seguintes movimentos: aplicação do resultado líquido negativo proveniente do exercício anterior (diminuição de 1.183.328,38 €).

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Q.7. Custo mercadorias e matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	245.197,06
Compras	0,00	186.492,71
Regularizações de existências	0,00	-2.383,13
Existências finais		237.040,16
Custos no exercício	0,00	192.266,48

O saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente.

8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Não aplicável no exercício em análise.

8.2.31 – Demonstração de Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	9.596,10	13.639,79	781	Juros obtidos	175,69	6.016,19
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	514.086,28	511.242,72
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	28.828,05	11.948,92
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplic. tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	2.581,96	1.900,05	787	Ganhos na alienação de aplic. tesouraria		
	Resultados Financeiros	530.911,96	513.667,99	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Total	543.090,02	529.207,83			543.090,02	529.207,83

8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	172.812,83	289.742,44	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	2.544,31	1.080,88	793	Ganhos em existências	0,00	18.948,72
694	Perdas em imobilizações			794	Ganhos em imobilizações	163.395,00	166.547,50
695	Multas e Penalidades	10,67		795	Benefícios de penalidades contratuais	6.212,50	9.841,14
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões	420,49	653,29
697	Correções relativas a exercícios anteriores	213.202,06	3.663,59	797	Correções relativas a exercícios anteriores	194.721,79	5.548,93
698	Outros custos e perdas extraordinárias	15.085,55	13.527,93	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	750.991,88	682.226,15
	Resultados extraordinários	712.086,24	575.750,89				
	Total	1.115.741,66	883.765,73			1.115.741,66	883.765,73

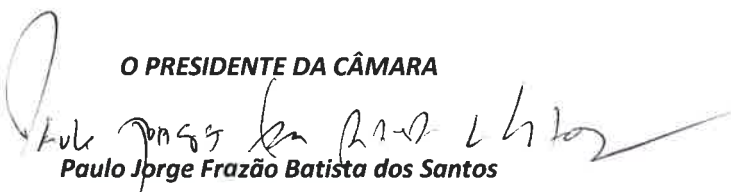
8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes:

Não se verificaram factos relevantes que influenciem a política contabilística adotada e sua comparabilidade com exercícios anteriores.

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente:

- 8.3.1 – Modificações do orçamento da receita e da despesa;
- 8.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- 8.3.3 – Contratação Administrativa;
- 8.3.4 – Transferências e subsídios;
- 8.3.5 – Aplicação em ativos de rendimento fixo e variável;
- 8.3.6 – Endividamento.


O PRESIDENTE DA CÂMARA
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos